

## O PENSAMENTO LIBERAL DE JOAQUIM NABUCO

Leonardo Dantas SILVA  
da Fundação Joaquim Nabuco

Três ensaios, pouco conhecidos, retratam a fase republicana de Joaquim Nabuco: *O Povo e o Trono* (1869), *O Dever dos Monarquistas* (1895), *A intervenção estrangeira durante a Revolta da Armada em 1893* (1896).

O primeiro deles escrito na juventude, logo após a queda do Gabinete de Zacarias em 1868, está marcado pelo clima de rebeldia que tomava conta do jovem estudante de Direito da Faculdade do Largo São Francisco, em São Paulo, prestes a se transferir para a Faculdade de Direito do Recife onde abraçaria uma nova bandeira do Abolicionismo. Impresso em 1869, na Tipografia e Litografia Francesa, no Rio de Janeiro, *O Povo e o Trono - Profissão de Fé Política de Juvenal, Romano da Decadência* é praticamente desconhecido dos seus biógrafos, ganhando de Luís Viana Filho, o seguinte comentário:

Na corte, aonde viera convalescer da grave moléstia, os correligionários continuavam exaltados contra o ato do Imperador, que entregara o poder aos conservadores em minoria na Câmara. A cada passo eles se referiam ao "poder pessoal" do monarca. E solidário com o pai, influenciado pelas rodas em que vivia, Nabuco não demorou em se integrar nas hostilidades a D. Pedro II. Fruto dessa animosidade foi o folheto intitulado **O Povo e o Trono**, que publicou sob o pseudônimo de Juvenal.

Vazado em tom amargo, o opúsculo traduz a decepção do liberal: atirava-se contra o falseamento do sistema

representativo, e investia contra o Imperador. E concluía num tom republicano: "Sejamos um povo livre. Nos cânticos sagrados da América seja a nossa voz uma harmonia, não uma dissonância." A alusão era tão nítida que se poderia perguntar se esquecera as lições de Bagehot. Ou seria simples assomo de mocidade? A verdade é que, apaixonado, rolando no mundo das suas idéias, ele chegara a um divisor de águas, e não sabia que lado tomar."

O opúsculo de quarenta páginas, assinado com o pseudônimo "*Juvenal, Romano da Decadência*", é um verdadeiro libelo contra a Monarquia, "O Governo do Brasil, que alguns chamam - constitucional representativo -, não passa de um governo absoluto como o da China e o do Japão. A coroa de S. M. não tem menos autoridade que turbante dos chefes dos crentes".

E continua:

E tão habituado está este povo ao domínio patriarcal de um só, que chega a iludir-se até supor que se governa a si mesmo, e isso porque meteram-lhe no bolso umas folhas de papel impresso - com o título de - Constituição Política do Império do Brasil!!! Ora, essa Constituição não passa de um cartaz mentiroso e se algum dia quiserem ver o seu préstimo, o governo (parodiando uma expressão de Jules Favre) fará de seus artigos bucha para as espingardas mercenárias.

E mais adiante:

Como ainda se ousa a negar que o poder de lei seja o único - quando se o vê o demitindo e nomeando livremente os ministros, que por sua vez nomeiam e demitem as câmaras, por que, de há muito, as Câmaras não são as depositárias de um poder extenso como a soberania do povo, - mas somente a chancelaria dos procônules... Verdadeiros Congressos paraguaios que vetam os orçamentos com largueza, porque é dinheiro alheio, e os votos de graças, porque custa-lhe muito dobrar os joelhos diante desta ou daquela realza?!

Se o povo não intervém senão para homologar por um simulacro de comícios os despachos dos ministros... se ele

não passa de um farsante que repete o papel que lhe ensinam... se as eleições não são senão uma comédia ridícula... o único poder sério, alfa e ômega... princípio e fim de toda a autoridade fica sendo o da majestade imperia<sup>1</sup>.

Este primeiro opúsculo de Joaquim Nabuco, escrito no fervor das paixões, ganhou o seguinte comentário de Rubens Borba de Moraes:<sup>2</sup>

Expressa o autor a esperança de que um dia ainda vigoraria no Brasil o sistema representativo democrático. Segundo sua opinião não vigora a constituição representativa, mas sim um governo absoluto, porque o único poder que existe realmente no país é o trono e não havia nenhuma participação do povo no governo, a não ser para homologar os despachos dos ministros. A Constituição não passava de um mero disfarce de absolutismo. Prega a necessidade de pôr fim ao poder moderador e discorre sobre as reformas necessárias - eleições diretas, liberdade de culto, temporaneidade no Senado, abolição da Guarda Nacional, abolição da escravatura.

Embora não mencionado por Carolina Nabuco, in *A Vida de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1928, *O Povo e o Trono, Profissão de Fé Política*, assinado por Juvenal, Romano da Decadência, aparece citado no conjunto de obras de Joaquim Nabuco relacionadas por Sacramento Blake em seu *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898, 4<sup>o</sup> v., p. 98.

## 1. O ABOLICIONISTA

Transferindo-se para o Recife, sua terra natal, onde nascera em 19 de agosto de 1849, passa a freqüentar a Faculdade de Direito onde vem concluir o curso em 1870.

(1) Viana Filho, Luís. A vida de Joaquim Nabuco, Porto Lello & Irmão, 1985, p. 30.

(2) Moraes, Rubens Borba e William Berrien. Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza. 1949. p. 461.

Logo na sua primeira noite em terras pernambucanas, quando esteve hospedado no Convento Franciscano de Santo Antônio, na Rua do Imperador, Joaquim Nabuco escreve no seu *Diário* as primeiras impressões de sua terra natal.

O Recife é uma cidade inesquecível, sobretudo para quem a viu ao luar, branca como um Campo-Santo, com suas pontes, suas torres, os mastros dos seus navios, aportados contra os outros e ancorados dentro da cidade na água dos rios que a cruzam. O Recife, como Veneza, é a cidade que sai da água e que nela se reflete, é uma cidade que sente a palpitação do oceano no mais profundo dos seus recantos, desse oceano que se vem quebrar diante dela num lençol de espumas e se ajoelhará, ainda por séculos perante a graça frágil dos coqueiros.<sup>3</sup>

No Recife uma nova realidade aparece aos olhos do jovem Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, e vem mudar o rumo de sua vida. As suas incursões pelo interior, o seu reencontro com o Engenho Massangana, em terras do Cabo de Santo Agostinho, onde passara os seus primeiros oito anos em companhia de sua bondosa madrinha, Ana Rosa, desperta o jovem acadêmico para sentimentos e fatos adormecidos na sua infância. Uma luta maior se agigantava naquele momento, uma nova bandeira surgia diante de si, uma idéia fixa o iria perseguir por toda a vida. Os seus sentimentos republicanos, latentes em **O Povo e o Trono**, cederiam espaço para uma guerra sem quartel em favor da emancipação da raça negra.

No seu reencontro com a paisagem do Engenho Massangana o jovem acadêmico, nos seus vinte anos, se vê despertado para o flagelo da escravidão, ao relembrar cenas do passado em sua infância - as lágrimas do negro fugido a pedir sua proteção -, os gritos de lamento da escravaria quando do falecimento de sua madrinha - ... "uma cena de naufrágio" - ; parece sentir, naquele momento, a mesma dor e a consternação causada com a sua partida - ... "eu deixaria assim o meu paraíso perdido" - e assim compreendeu melhor a importância daquele conjunto sócio-cultural sobre a sua própria formação.

<sup>(3)</sup> Nabuco Carolina. A vida de Joaquim Nabuco. Rio de Janeiro. Companhia Editora Nacional, 1028, nº 33.

Massangana ficou sendo a sede do meu oráculo íntimo: para impelir-me, para deter-me e, sendo preciso, para resgatar-me, a voz o frêmito sagrado, viria sempre de lá.<sup>4</sup>

O ideário republicano do jovem foi tomado por uma força maior, a de liberdade de uma raça que amargava os grilhões da escravatura. Emancipar homens, mulheres e crianças da raça negra, passou a ser a sua maior missão, idéia fixa que o acompanhou por toda a vida e o fez ingressar pela porta estreita da História.

É desta época o início do seu livro **A Escravidão**, que ele não chegou a concluir, cujos originais - hoje sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - foram escritos no Recife, em 1870, quando estudante do 5º ano da Faculdade de Direito, na Rua Barão da Vitória (hoje Rua Nova), onde residia na casa do médico homeopata Jesuíno Augusto de Santos Melo, em companhia do também estudante Sancho de Barros Pimentel, com quem dividia as despesas da hospedagem.

A edição definitiva de **A Escravidão**, até então esquecido pelos estudiosos da vida de Joaquim Nabuco, foi organizada, a partir dos seus originais, pelo autor destas linhas e publicada dentro da **Série Abolição**, pela Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco, em 1988.

Outro fato que viera marcar a sua vida foi aquela tumultuada reunião do Clube Liberal do Recife, para a qual houvera chegado atrasado, e assim, assistia às divergências das duas alas. Foi quando os radicais, representando uma das facções em litígio, resolveram deixar o recinto. Antes que a debanda se consumasse eis que uma voz metálica e tonitroante põe em sobressalto o ambiente: **Quo Vadis** - Era Joaquim Nabuco que, transformando uma cadeira em tribuna, iniciava um dos seus mais emocionantes discursos, conclamando a União dos Liberais, então ameaçada pelo cisma que se configurava. O episódio ganhou comentários elogiosos da imprensa da época e, em especial, uma carta do Barão de Vila Bela, chefe do Partido Liberal em Pernambuco, datada de 23 de outubro de 1870, dirigida ao Senador Nabuco de Araújo, onde comenta:

<sup>(4)</sup> Nabuco. Joaquim. Minha formação. São Paulo. Instituto do Progresso Editorial. 1949. p. 178.

"Supunha-o moço de talento notável; mas não sabia que era dotado de dons oratórios tão eminentes. Dominou o auditório, que o aplaudia calorosamente e fez calar tais radicais". - Sensibilizado o velho pai escreve para o "filho do coração", já prevendo o seu futuro: ... "És meu orgulho; és o futuro de tua família e a esperança da Pátria"<sup>5</sup>

Tal triunfo, na imagem de Luís Viana Filho, daria a Nabuco as esporas de Cavaleiro consolidando o seu futuro como político e orador.

Após algumas viagens e incursões pela carreira diplomática, a política veio seduzir o jovem bacharel pois, através dela, poderia realizar o seu sonho de libertar da escravidão os seus irmãos da raça negra.

Pelas mãos do Barão de Vila Bela - Domingos de Souza Leão (1819-1879) - é eleito deputado à Câmara Geral em 1878, passando a representar a Província de Pernambuco onde pôde lançar as sementes do Abolicionismo. Ao encontro de suas idéias, que vieram tomar conta do país a partir dos meados de 1880, recebeu a adesão de figuras como Sancho de Barros Pimentel, testemunha de suas lutas no tempo da Faculdade de Direito do Recife, então deputado por Sergipe; José Mariano Carneiro da Cunha, deputado por Pernambuco a quem Nabuco ficou a dever várias de suas eleições; Marcolino Moura, José Serra, Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, os dois últimos redatores, respectivamente, da *Gazeta da Tarde* e da *Gazeta de Notícias*, jornais que passaram a ser grandes divulgadores da causa. Além desses, Nabuco veio receber a adesão de uma das maiores figuras do movimento em favor da emancipação da raça negra, o mulato André Rebouças, notável engenheiro, professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que se aliou à causa em 9 de julho de 1880, se tornando assim o grande mecenas do movimento.

No campo das idéias é criada, na casa da família de Nabuco, no Flamengo, a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, em 28 de setembro de 1880, seguindo-se do jornal **O Abolicionista**, que veio a circular a partir de 1º de novembro de 1880.

<sup>(5)</sup> Nabuco. Carolina. op. cit. p. 40.

Anos mais tarde, no seu exílio em Londres, para onde foi depois de haver perdido as eleições de 31 de outubro de 1881, para a Câmara dos Deputados, Nabuco se dedica ao jornalismo e a elaboração do seu livro *O Abolicionismo*. Impresso em Tipografia de Abraham Kingdon & Co., o livro veio a circular em Londres, em agosto de 1883, tendo custado ao seu autor a importância de dois contos de réis. No dizer do historiador Evaldo Cabral de Mello, *O Abolicionismo* foi o melhor livro escrito sobre o Brasil no século XIX, tornando-se o mais importante para o entendimento da formação sócio-cultural do povo brasileiro até a publicação de *Casa Grande & Senzala*, por Gilberto Freyre, em 1933.

## 2. O REFORMADOR SOCIAL

Como reformador social, Joaquim Nabuco notabiliza-se pelos seus pronunciamentos em favor das reformas que, segundo ele, complementariam a abolição da escravatura. Parte delas foram propostas quando da Campanha eleitoral de 1884, cujos discursos foram reunidos, por ele, no livro *Campanha Abolicionista no Recife. Eleições 1884*, Rio de Janeiro, Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1885 que, em 1988, recebeu da Editora Massangana uma reedição fac-similar com estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouvêa.

Naqueles pronunciamentos Joaquim Nabuco defende uma Lei Agrária, em 5 de novembro de 1884, falando na Praça de São José do Ribamar:

A propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado da pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra à propriedade, como não faz honra ao Estado. Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões - a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão.

E mais adiante:

Sei que falando assim, serei acusado de ser um nivelador. Mas não tenho medo de qualificativos. Sim, eu quisera

nivelar a sociedade, mas para cima, fazendo-se chegar ao nível do art. 179 da Constituição do Império que nos declara todos iguais perante a lei.

A importância do operário, do artífice, daquele que ganha o pão com o seu trabalho manual e do seu suor, não foi esquecida, por Joaquim Nabuco que, em discurso pronunciado no Campo das Princesas, na tarde de 29 de novembro de 1884, dirigido por ele à classe dos "Artistas Pernambucanos", vaticinara em tom profético:

Eu bem sei que vós não pesais pelo número, e não influis pela fortuna, e além disso estais desarmados por falta de organização; mas como na frase revolucionária de Sieyès, podeis desde já dizer: "O que é o operário? Nada. O que virá ele a ser? Tudo! ..."

E, mais adiante, continua:

E por isso que vos repito, se eu tivesse que escolher uma classe com a qual devesse identificar a minha candidatura, não procuraria nem os proprietários do solo a quem chamam - a lavoura; nem os descontadores de safra a quem chamam - o comércio; nem os empregados públicos, que representam a enfermidade nacional por excelência; nem as profissões científicas, que formam uma aristocracia intelectual, grande demais para um povo tão deprimido como o nosso; escolheria sim, o insignificante, o obscuro, o desprezado elemento operário, porque está nele o germe do futuro da nossa pátria; porque o trabalho manual, somente o trabalho manual, dá força, vida e dignidade a um povo.

Em 28 de novembro de 1884 as portas da Associação Comercial de Pernambuco foram fechadas para que Joaquim Nabuco não falasse no seu recinto sobre o movimento abolicionista. Não se dando por vencido, conclamou seus seguidores para o Largo do Corpo Santo onde, em recinto aberto, falou sobre a missão do comércio:

É estranho que os representantes do comércio nesta cidade suponham ainda que podem separar o comércio da política, que pode haver prosperidade comercial sem boas intenções sociais, e não se atrevam, eles que acolheram nas salas da Associação o recente Congresso Agrícola, simples

demonstração de escravagismo, a acolher da mesma forma o movimento abolicionista! Terá sido tão demorada a evolução do comércio em Pernambuco, que no fim do século XIX, os negociantes do Recife não vejam que comércio e escravidão são termos incompatíveis? Será possível que eles ignorem que a escravidão quer dizer monopólio, que a missão do comércio em toda parte é destruir monopólios?

No Teatro de Santa Isabel, em 12 de outubro de 1884, faz a sua profissão de fé em sua província natal, onde residem "as minhas origens, o meu berço, A MINHA PÁTRIA" (sic)

... com a identificação de alma e coração que me prende a Pernambuco tão intimamente como o filho com a mãe e de tal forma que, se por uma dessas terríveis fatalidades, que eu daria a última gota do meu sangue para evitar, esse magnífico território fosse quebrado ao meio ou em pedaços, eu pensaria tanto em não ser Pernambucano como hoje penso em não ser Brasileiro.

Sim Senhores, sinto-me tão Pernambucano como quem melhor o seja. Ninguém, acreditai-me, faz mais sinceros nem mais ardentes votos do que eu para que Pernambuco reconquiste no futuro algum reflexo pelo menos da hegemonia Nacional que, capitania ou província, exerceu no passado, do papel que representou neste Brasil em cuja alma insuflou o espírito da nacionalidade, o espírito de independência e o espírito de liberdade!

### 3. POR UMA MONARQUIA FEDERATIVA

Após a vitória do abolicionismo, com a libertação dos escravos pela Lei de 13 de maio de 1888, Joaquim Nabuco passou a defender uma Monarquia Federativa para o Brasil, com a divisão territorial do Império numa Federação de Províncias. Sentindo os ventos da campanha republicana, com sua forças acrescidas pelos senhores dos antigos escravos que se viram, pela Lei de 13 de Maio, diminuídos em seu "patrimônio" sem que houvesse para isso, por parte do Império,

qualquer indenização, resolveu defender ardentemente a Monarquia através de artigos de imprensa.

Em artigos publicados no jornal **O Paiz**, na secção "Campo Neutro", transcritos por Fernando da Cruz Gouvêa, in *Joaquim Nabuco Entre a Monarquia e a República*, Recife, Editora Massangana, 1990, entre setembro-dezembro de 1888, ele se mostra preocupado com o advento de uma república cujo perfil começava a se desenhar. Temia pela sorte territorial do Brasil, pensando poder repetir-se o que acontecera com América Espanhola, cujo território fora dividido em 18 pequenas repúblicas. Temia, em particular, pela sua província natal, Pernambuco, tão rebelde em seu passado, republicana desde os tempos da Guerra dos Mascates, e insubmissa a todos os grilhões. Assim em artigo publicado em 16 de dezembro de 1888, sob o título *A República em Pernambuco*, Joaquim Nabuco torna-se enfático:

... a província de Pernambuco estará republicana dentro de pouco tempo. A sua tradição é republicana; ela fez-se por si, defendeu-se sozinha contra a Holanda, quando Portugal estava no poder dos espanhóis; conquistou a sua independência por suas próprias mãos, e nada deve ao império senão a centralização, que já a teria morto, como as suas irmãs do norte, se não fosse a sua vitalidade extraordinária, alguma coisa no seu clima e na sua luz que impede a decadência, talvez a consciência da sua identidade histórica. Em política, a principal ciência é ver as coisas como elas são. Eu concordo que o espírito pernambucano é republicano, mas é também separatista. Se a república fosse proclamada amanhã, seria quase impossível continuar o Norte a ser governado do Sul.

Os propagandistas, que estão a esta hora agitando a província em nome de suas gloriosas tradições para que se declare contra a monarquia, estão de fato trabalhando pela separação. O Partido Republicano, que, pela sua direita, tem uma tendência escravagista, pela sua extrema esquerda é separatista.

E mais adiante:

Para fazerdes Pernambuco republicano em nome das suas tradições, para colherdes a seara da liberdade pernambucana em torno dos cadafalsos dos seus mártires, não vos iludais, precisais reconstituir esse passado tal qual foi, ressuscitar esses sonhos patrióticos exatamente como eram, e então ser-vos-á impossível soldar de novo ao pescoço do Leão do Norte a corrente que houverdes quebrado do governo sulista. Ser-vos-á impossível restaurar historicamente, como quereis, o Pernambuco dos holandeses, o de 1817, de 21 e de 24, para o fazerdes governar do Rio de Janeiro. Não tenhais dúvida a esse respeito. Essas tradições são maiores do que toda vossa eloquência, e quando depois de destruída a monarquia as quisésseis deixar de lado como armas inúteis ou perigosas, veríeis logo outros correrem a apossar-se delas, porque esse grandioso arsenal no nosso passado está aberto a todos os patriotas, e não o poderíeis fechar.

E finalizando:

Entre a república - que importa no desmembramento da pátria - e a monarquia - que também pela força das coisas que representem a união, eu não sei como os indivíduos se pronunciarão, sei que a nação, a coletividade, pronunciar-se-á instintivamente, selvaticamente, contra o suicídio. Nós não chegamos ao estado das repúblicas da América Central, que um dia se juntam em confederação, no outro se separam em Estados independentes, e vivem a juntar-se e separar-se. A luta entre a existência e a dissolução nacional é uma luta que investe por si só qualquer poder que represente a pátria da mais absoluta ditadura. Antes de tudo é preciso salvar o Brasil. Passá-lo ao estrangeiro como um todo nacional, valeria mais do que deixá-lo desfazer-se em pequenos Estados. Isto quer dizer que mesmo entre um Lopez unionista e cinco ou dez Washington separatistas, a missão, a alma, o destino nacional estaria com o tirano sanguinário. A bandeira que existir encontra sempre um exército. Pensai em todas as calamidades da ditadura necessária, inevitável, que salva a pátria e cria a província, não vale mais do que esse governo

ferrenho, militar e opressor, que vós estais tornando quase certo, desde que pondeis em perigo a existência mesma do Brasil como nação independente e una.

Eu acredito conhecer bem o entusiasmo pernambucano, mas o povo pernambucano, como diz Curtius do povo ateniense, só foi grande porque achou sempre nos momentos do seu maior arrebatamento algum homem que falasse à sua razão calma e lhe mostrasse o seu verdadeiro caminho.

#### 4. MONARQUISTA OU REPUBLICANO?

Proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, Joaquim Nabuco se viu desobrigado da política e procurou refúgio no seu próprio lar, entre livros e velhos papéis, procurando o caminho das letras cuja índole o perseguia há vários anos. Mais tarde, em **Minha Formação**, tentativa de autobiografia publicada em 1900, discorre ele sobre este período:

A queda do Império pusera fim à minha carreira... A causa monárquica devia ser o meu último contato com a política... De 1889 a 1890 estou todo sob a impressão do 15 de Novembro seguindo-se ao 13 de Maio; escrevo então os meus solilóquios em uma Tebaida onde podia andar centenas de milhas sem deparar com o refúgio do outro praticante... Em 1891 minha maior impressão é a morte do Imperador. De 1892 a 1893 há um intervalo: A religião afasta tudo mais, é o período da volta misteriosa, indefinível da fé, para mim verdadeira pomba do dilúvio universal, trazendo o ramo da vida renascente... De 1893 a 1895 sofre o abalo da Revolta, da morte de Saldanha, de que saem meus dois livros **Balmaceda** e a **Intervenção**... Desde 1893, porém, o assunto que deveria ser a grande devoção literária da minha vida, a Vida de meu pai, tinha-se já apossado de mim e devia seguidamente durante seis anos ocupar-me e até absorver-me...<sup>6</sup>

<sup>(6)</sup> Nabuco Joaquim, op. cit. p. 355.

No dizer do seu biógrafo, Luís Viana Filho, ele havia se recolhido em Marquês de Olinda, optando por uma reclusão voluntária, entre seus livros, alfarrábios e pensamentos.

Em outras palavras: chegara a oportunidade para as letras reconquistarem o volúvel enamorado, que as abandonara por causa da abolição. Como encher horas vazias, senão retomando o buril do artista? Assim, quando acreditava não servir "a ninguém para nada", irá compor algumas das suas páginas mais belas, e que imprimirão um traço de imortalidade à obra do escritor. Desse fecundo período, no qual a solidão tira do historiador e do artista tudo quanto pode dar, são **Um Estadista do Império** e **a Minha Formação**. Trabalhos de gêneros diferentes, dão medida do estilista que, despindo-se dos arroubos do tribuno, e das liberdades do poeta, alcança a simplicidade da forma a par da segurança da frase e da beleza das imagens. Realmente, nesses volumes da idade madura, o escritor atinge o apogeu, há uma luz nova, que torna o pôr do Sol tão belo quanto a alvorada.<sup>7</sup>

A missão do político havia findado, chegara o momento do observador, ensaísta e escritor, que, através da pena, deixara para a posteridade a história dos dias por ele vividos.

Vieram a publicação de *O Dever dos Monarquistas*. Carta ao Almirante Jaceguay. Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1895 - em resposta à carta do mesmo almirante, publicada no *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro) em 15 de setembro do mesmo ano, sob o título **Dever do Momento** -, que transcrevemos nesta coletânea. Sobre esta publicação assim comenta Rubens Borba de Moraes.<sup>8</sup>

Em resposta a uma carta do almirante Jaceguay sobre o seu futuro da República, o autor declara que apenas vai repetir o que já se encontra em outros escritos seus. Diz que a república é a reprodução viciada e estéril do tipo nacional fixo e não o aperfeiçoamento daquele tipo como pretende o almirante. Mostra que a realeza diminuiu, o mais possível, o sentimento de superioridade da raça e que a sociedade

(7) Viana Filho, Luís. op. cit. p. 208.

(8) Moraes. Rubens Borba e William Berrien. op. cit. p. 460.

brasileira era ultramonárquica. Respondendo a crítica às longas viagens feitas pelo Imperador, objeta que elas obedeceram sempre a fins políticos. Aponta os inúmeros benefícios que a monarquia prestou ao Brasil, prova de que ela possuía raízes no país. Quanto à sociedade, é de opinião que ela é individualista, neocrata, propícia à anarquia. Havia necessidade de atendimento entre a monarquia e as forças armadas, o que infelizmente não se realizou. No final aponta os grandes problemas preliminares que a república precisa resolver; o problema federal, o militar e o financeiro.

A Revolta da Armada iniciada em 6 de setembro de 1893, no Rio de Janeiro, sob o comando do almirante Custódio José de Melo, coloca o país em clima de guerra civil. O levante, que visava a deposição do Marechal Floriano Peixoto, veio mexer com os brios monarquistas de parte da população brasileira, ao mesmo tempo que levava o clima de insegurança e perseguição a grande parte dos que haviam servido ao antigo regime. Os revoltosos, que isolaram a cidade do Rio de Janeiro ameaçando destruí-la com os canhões das belonaves, ancoradas na baía de Guanabara, vieram a receber a adesão do almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, em 9 de dezembro do mesmo ano, então comandava a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. O movimento se prolonga até 13 de março de 1894 quando os rebeldes refugiados a bordo dos navios portugueses *Mindelo* e *Afonso Albuquerque*, partem para Buenos Aires em busca de asilo.

No *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), Joaquim Nabuco escreve uma série de artigos sobre o episódio, depois reunidos em livro sob o título *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta. A intimação das potências. O Controle naval da baía do Rio. A ação do almirante Benham. O asilo a bordo das corvetas portuguesas*. Rio de Janeiro, 1896. 156 p., que fizemos incluir nesta coletânea. O livro, quando do seu lançamento, mereceu extenso comentário do *Jornal do Commercio*, transcrito por Sacramento Blake em sua obra já citada, deixando Rubens Borba de Moraes, sobre ele, consignadas as seguintes considerações:

Versa sobre a intervenção estrangeira durante a revolta da esquadra em 1893. Conta o autor, como o governo se dirigiu à esquadra estrangeira ancorada na baía do Rio de Janeiro,

para impedir que a cidade fosse bombardeada. Obtido o auxílio solicitado, chegou-se ao acordo de 5 de outubro mediante o qual o governo retirou os canhões das baterias estabelecidas no litoral e nas alturas da cidade. Dessa data até junho, período em que vigorou o acordo, funcionou na cidade uma espécie de controle naval estrangeiro. A situação da esquadra revoltada era muito precária, desde que não atacava a cidade, e também não tentava o bloqueio. O acordo de outubro foi violado pelo governo: a chegada do almirante norte-americano, Benham, ameaçando afundar as naus mercantes norte-americanas, precipitou o fim da revolta. Com a chegada da armada legalista comprada pelo governo na Europa e nos Estados Unidos, foi marcado um prazo para o início do bombardeio da esquadra revoltada. Seu chefe, não conseguindo a aceitação de uma proposta de capitulação apresentada ao governo, refugiou-se nos navios portugueses ancorados na baía. Em 13 de março de 1894 iniciou-se o bombardeio dos navios abandonados. Explica o autor a legitimidade da intervenção estrangeira perante o direito das gentes e o alcance de sua inovação e aceitação pelo nosso governo como um precedente nacional. No último capítulo faz um juízo crítico sobre a atitude de Floriano Peixoto na revolta da esquadra, e o valor dos serviços que prestou nessa ocasião.<sup>9</sup>

O jovem incendiário republicano cedeu lugar, passados pouco mais de vinte anos, ao maduro liberal que via na integridade territorial da Pátria o bem maior a ser preservado. Daí a sua intransigente defesa em favor de um sistema monárquico federalista que no seu modo de entender, impediria o seccionamento do Brasil em pequenas repúblicas.

Em artigo publicado em *O Paiz* (Rio de Janeiro), em 28 de novembro de 1888, ele mesmo esclarece:

Se alguém me perguntar se sou monarquista ou republicano em princípio, eu mesmo não saberei responder. Eu admiro, acima de tudo, Atenas e o gênio livre de seu povo,

<sup>(9)</sup> Moraes. Rubens Borba e William Berrien. op. cit. p. 461.

reconhecendo entretanto, que à irrepreensibilidade democrática da Ática fosse possível juntar um pouco de ponderação conservadora de Roma, a civilização ateniense talvez tivesse sido um fenômeno histórico mais duradouro e até mais inspirador do que foi e do que é. Mas republicano como sou, em Atenas, no século de Péricles, eu sou monarquista na Inglaterra de Vitória, e se fosse italiano, belga, alemão, português, espanhol, holandês, eu seria igualmente monarquista. Republicano onde a república é a tradição nacional, a forma social psicológica, como a Suíça ou nos Estados Unidos, e monarquista onde a monarquia não é um obstáculo à liberdade, mas, por assim dizer, a condição climática permanente e regular que a deixa crescer e frutificar, eu sinto-me flutuar de opinião nos países como a França onde a monarquia e a república parecem ter dividido para sempre a nação em campos inimigos, atuando também como um processo de decomposição permanente dentro da nacionalidade, sem que saiba como se fará a reconstrução nacional definitiva.

Isto quer dizer que, para mim que não abraço, nem defendo nenhuma idéia senão pela sua poesia, isto é, pelo que ela tem de humano - a poesia não é senão o fundo humano das coisas - a monarquia ou a república, não me fala a imaginação senão onde ela está identificada com a tradição nacional ou onde encarna a aspiração popular. Quanto à diferença de valor moral das formas de governo, nunca senti a superioridade da república sobre a monarquia. Basta ler a constituição inglesa por Bagehot - e foi esse um dos livros que mais influíram na formação do meu ideal para reconhecer que o presidente dos Estados Unidos tem infinitamente maior poder pessoal do que o rei da Inglaterra.

Para ser bom monarquista é preciso ter o ideal republicano, mas a confusão está em supor que o ideal republicano se realiza sob a forma republicana da América do que sob a forma monárquica da Inglaterra.

Em 1990, em série comemorativa do Centenário da República do Brasil, fizemos publicar pela Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco, uma coletânea com os três ensaios escritos por Joaquim Nabuco em fases distintas de sua movimentada e profícua existência de político e pensador, que bem denotam o equilíbrio sempre presente nas ações do liberal que hoje cultuamos.<sup>10</sup>

<sup>(10)</sup> NABUCO e a República. Textos de Joaquim Nabuco com organização e introdução de Leonardo Dantas Silva. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1990. XXVI, 173 p. (República; n. 6).